

O FENÔMENO DOS COLETIVOS URBANOS: UM DESAFIO À LÓGICA PRODUTIVISTA?

Priscila Gonçalves Santos

Resumo

Este trabalho insere-se em uma pesquisa de mestrado iniciada em 2016, acerca das disputas pelo espaço público, através das intervenções de micro e pequena escala promovidas por grupos sociais de classe média do Rio de Janeiro, no início da década de 2010. O objetivo neste trabalho é discutir e problematizar as iniciativas de autogestão do espaço público promovidas por coletivos urbanos, a fim de contribuir para o debate sobre as mesmas e refletir sobre novos modelos de participação cívica a partir de três estudos de caso analisados na pesquisa. Por meio da compreensão dessas ações coletivas como parte de um movimento complexo e dinâmico onde é possível identificar fases em sua trajetória, buscou-se, também, fugir de análises dicotômicas e alinhadas à lógica produtivista, de modo a obter uma maior compreensão deste, sua complexidade, potencialidades e limitações. A pesquisa e as análises evidenciam uma crise do urbanismo e do planejamento urbano, assim como uma nova onda de disputas pelo espaço público.

Palavras-Chave: Coletivo Urbano; Microintervenção urbana; Espaço Público; Produção do Espaço.

Abstract

This paper is part of a master's research begun in 2016 about disputes over public space through micro and small-scale interventions promoted by middle-class social groups in Rio de Janeiro in the beginning of the decade of 2010. The paper objective is to discuss and to problematize the self-management initiatives of public space promoted by urban groups, in order to contribute to the debate about them and to reflect on new models of civic participation from three case studies analysed in the research. Through the understanding of these collective actions as part of a complex and dynamic movement where it is possible to identify phases in its trajectory, we also sought to escape from dichotomous analyses aligned with a productivist logic, in order to obtain a better understanding of this, its complexity, potentialities and limitations. The research and analysis show a crisis of urban planning and urban planning, as well as a new wave of disputes over public space.

Keywords: Urban Collectives; Micro scale intervention; Public Space; Space Production.

Resumen

Este trabajo se inserta en una investigación de master iniciada en 2016, acerca de las disputas por el espacio público, a través de las intervenciones de micro y pequeña escala promovidas por grupos sociales de clase media de Río de Janeiro, a principios de la década de 2010. El objetivo en este trabajo es discutir y problematizar las iniciativas de autogestión del espacio público promovidas por los colectivos urbanos, a fin de

contribuir al debate sobre las mismas y reflexionar sobre nuevos modelos de participación cívica a partir de tres estudios de caso analizados en la investigación. Por medio de la comprensión de esas acciones colectivas como parte de un movimiento complejo y dinámico donde es posible identificar fases en su trayectoria, se buscó también huir de análisis dicotómicos y alineados a la lógica productivista, para obtener una mayor comprensión de éste, complejidad, potencialidades y limitaciones. La investigación y los análisis evidencian una crisis del urbanismo y de la planificación urbana, así como un nuevo momento de disputas por el espacio público.

Palabras-Clave: Colectivo Urbano; Microintervención urbana; Espacio Público; Producción del espacio.

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se em uma pesquisa de mestrado iniciada em 2016, acerca das disputas pelo espaço público, através das intervenções de micro e pequena escala promovidas por grupos sociais de classe média do Rio de Janeiro, no início da década de 2010. Trata-se de uma pesquisa qualitativa cuja metodologia inclui: levantamento bibliográfico; coleta de dados, a partir da observação de dados primários e secundários; e sistematização das informações, por meio de gráficos, esquemas e categorias. O recorte dado à pesquisa buscou explorar um marco expressivo do retorno desta classe nas disputas pelo espaço público e compreender o que motivou a ruptura do esvaziamento do espaço público, como ela ocorre e o que ela significa nas discussões acerca deste espaço.

O objetivo neste trabalho é discutir e problematizar as iniciativas de autogestão do espaço público promovidas por coletivos urbanos, a fim de contribuir para o debate sobre as mesmas e refletir sobre o urbanismo contemporâneo. A expressão “coletivos urbanos” se refere, aqui, a grupos territorializados, articulados majoritariamente pelas redes sociais digitais e criados pela sociedade civil, que buscaram fortalecer o sentido político, social e civil do espaço público. Baseados em princípios como a horizontalidade construíram um movimento heterogêneo, não unificado e mobilizado “de baixo para cima”, a partir de uma base participativa, prática e autônoma de reestru-

turação urbana que se constrói à luz de um discurso antiplanejamento. Visam promover a coesão social e surgem a partir da mobilização contínua, maleável e aberta de pessoas para enfrentar questões que as afetem diretamente.

Esse movimento dos coletivos urbanos surgiu na década de 2010, influenciado pela conjuntura histórica, pela exaltação, na década de 1990, de termos como democracia e cidadania, pela popularização da discussão em torno da cidade e do direito à cidade, intensificada na década de 2000, com a aprovação do Estatuto da Cidade, e pelo despertar de novos desejos e imaginários relacionados ao espaço público. Tornou-se expressivo a partir das manifestações e repressões políticas das Jornadas de Junho de 2013 quando, no contexto de uma crise política marcada pela descredibilidade na organização política tradicional para atender as demandas da sociedade, esta motivou-se a buscar formas alternativas de política. A partir de 2014 o número de atores e a maior popularidade dos mesmos foi gradativamente chamando a atenção do meio acadêmico, dos veículos de comunicação e do mercado. Multiplicaram-se as publicações, premiações e editais de financiamento em torno dos mesmos. A partir de 2016, a intensificação da crise econômica, política e social no país marcaram a desestabilização e desarticulação, mesmo que temporária, de muitos coletivos. Seja pela redução do tempo disponível dos participantes, pelo desânimo generalizado na sociedade, pelo retorno do medo do espaço público,

pelo cansaço do esforço em manter a articulação conquistada ou pela decepção entre o esperado e o realizado.

As reflexões são um desdobramento da análise de três estudos de caso da pesquisa: o coletivo Horta da General Glicério (criado em 2014), o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima (criado em 2015) e o coletivo Viaduto Laranjeiras (criado em 2016). O coletivo Horta da General Glicério se autodefine como “um grupo de amigos e moradores do bairro que gostaria de realizar, em caráter temporário de utilização, uma Horta Urbana Comunitária [...] através da discussão pública e gestão participativa dos moradores” (HORTA DA GENERAL GLICÉRIO, 2014). Eles têm duas frentes de ação: uma cotidiana (manutenção da horta e reuniões semanais) e outra voltada para a realização de intervenções temporárias sem muita regularidade ou frequência, tais como pequenos eventos de escala local, que funcionam como pretextos para reunir a comunidade e discutir questões do coletivo e da horta (em sua maioria em formato de piqueniques) e mutirões voltados para a realização de atividades que exigem maior número de pessoas (reforma e limpeza do terreno, entre outros).

A horta foi construída nos limites de um terreno privado abandonado¹, localizado numa área predominantemente residencial, no bairro de Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Este assume o caráter de espaço público, na medida em que a apropriação do coletivo expande-o para o domínio público ao permitir

que o espaço seja produzido coletivamente, acessado sem restrições físicas e estabeleça o encontro e a troca entre estranhos, o exercício da civilidade e a criação de vínculos entre os moradores e deles com o espaço, ressignificando-o.

O Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças (CCBFV) se autodefine como “um encontro de moradores, trabalhadores e frequentadores do Bairro de Fátima e suas vizinhanças para conversar, debater e agir sobre questões relativas a esse território e à vida coletiva na cidade” (MAYERHOFFER, 2016). Ele está inserido num movimento fortemente influenciado pelas Assembleias Populares², o dos Círculos de Cidadania³. Propõem “movimentar lutas cidadãs e propiciar um espaço inclusivo a quem não se sente representado pelas instituições existentes, partidos, empresas ou sindicatos” (CÍRCULO RIO, 2015).

Os encontros do CCBFV foram sediados na Praça Presidente Aguirre Cerda⁴, localizada em uma área predominantemente residencial no bairro do Centro no Rio de Janeiro. O grupo desenvolveu três frentes de ação na dimensão física do espaço público: uma cotidiana (encontros semanais presenciais e de cunho deliberativo), outra voltada para a gestão participativa do território (identificação e resolução de questões referentes ao território – conflitos e demandas⁵) e, por fim, aquela voltada para a realização de intervenções temporárias acordadas e construídas coletivamente. Adotaram o formato de pequenos ou médios eventos de temática variada como

¹ Esse terreno encontrava-se desocupado em decorrência do deslizamento de grande massa de terra, rocha e vegetação, que ocorreu durante um grande temporal na região, em 1967, e que culminou com o desabamento de três edifícios, inclusive o que estava construído no terreno.

² As Assembleias Populares surgiram em 2014, após as Jornadas de Junho de 2013, como um desdobramento da repressão violenta que sofreram os ativistas do Ocupa Rio na remoção forçada promovida pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 2013. É fruto da rearticulação e resistência desses ativistas em dar continuidade às reuniões que já realizavam durante a ocupação, na praça da Cinelândia, mas sob o formato de assembleia popular.

³ A experiência dos Círculos de Cidadania se disseminou para Salvador, São Paulo e Porto Alegre, com iminente organização também em São Gonçalo e Belo Horizonte (CÍRCULO RIO, 2015). Eles não funcionam com instância central e se orientam de forma autônoma formando tipos distintos de atuação.

⁴ Esta praça funciona como uma rotatória, é um ponto de referência no sub-bairro e, embora pequena, é bem equipada e muito frequentada, principalmente, por idosos e crianças. Segundo relato dos moradores, diversas atividades são realizadas nessa praça, dentre estas estão: as Batalhas de Rap, aulas de Tai Chi Chuan e apresentações musicais, por exemplo.

⁵ Dentre as questões destacam-se: o aumento de assaltos no local e as partidas de futebol que ocorrem na praça e tem causado acidentes naqueles que a frequentam para outros usos.

a Feira de Doações (em abril de 2015 e maio de 2016), o Cine Círculo (em junho de 2015), o jogo “Imagine sua Praça” na tradicional festa agostina do sub-bairro (2015), o Sarau do Saci (em outubro de 2015) e a Primavera dos Livros (em setembro de 2016) e construção da rede de bibliotecas populares livres “Dê-dica livro”.

O Coletivo Viaduto Laranjeiras atua em uma área residual sob o viaduto Engenheiro Noronha, no bairro de Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O coletivo, composto por jovens, em sua maioria, ligados à área de produção cultural, surge inspirado em outras intervenções temporárias realizadas no espaço público no país. Tem como intenção desconstruir a imagem de insegurança (construída devido aos constantes assaltos e a presença de sem-teto) e aridez atribuída ao lugar (o espaço é cortado por ruas, estacionamento e não possui mobiliário). O coletivo busca também estimular a convivência entre estranhos no espaço público e consolidar esta área residual sob o viaduto como uma área de convívio. Propõem uma ocupação experimental e continuada que busca exercitar a micro mudança, a partir da troca entre diferentes e de “um diálogo mais cuidadoso e amistoso com o espaço público, trazendo propostas de intervenção que venham a ser proveitosas para quem já usa aquele espaço e para os que futuramente vão passar por ali” (VIADUTO LARANJEIRAS, 2016).

O coletivo já realizou diversos tipos de intervenções temporárias, sendo as

mais frequentes a manutenção do Varal Gentileza (doação de roupas) e pequenos eventos com apresentações musicais e comercialização de comidas e bebidas. No entanto, já promoveram também rodas de conversas sobre temas diversos, Sarau, exposições de fotografias, oficinas, cinema, e instalaram no local uma mini rampa de skate. No entanto, gradativamente ele tem se especializado na realização de eventos, como pequenos shows de bandas do circuito alternativo, visto que essa é a área que o núcleo central apresenta maior experiência e conhecimento, assim como uma boa rede de colaboradores (artistas, pequenos produtores de alimentos, coletivos e amigos). As intervenções são realizadas de forma independente e colaborativa.

O descompasso entre a expectativa criada em torno dos coletivos, na academia, na grande mídia ou na sociedade, que os elevou ao patamar de “eureca dos problemas urbanos”, e a realidade de seus princípios e ações, pela adoção de análises alinhadas à lógica produtivista induziu à conclusão de que os atores e suas intervenções não conquistam nada de concreto, principalmente do ponto de vista estrutural. Ao analisá-los sob o imperativo da produtividade, supervaloriza-se o produto, negligenciando o processo e exigindo que os coletivos não apenas tracem objetivos claros, mas os conquistem. Inviabilizam-se, portanto, a percepção e a admissão de uma série de potencialidades dos mesmos, como: popularização da discussão em torno da cidade, construção de novos imaginários

urbanos e de um sujeito social, civil e político. Desse modo, pretende-se, aqui, fugir de amarras maniqueístas e produtivistas a fim de melhor compreender a complexidade, potencialidade e limitações desse movimento.

Os coletivos urbanos enquanto fenômeno

Na década de 2010, os coletivos urbanos, à medida que foram se multiplicando e se articulando em rede, foram, também, criando uma espécie de padrão e construindo um movimento de articulação social e política e de atuação direta tanto na dimensão material quanto imaterial do espaço público de muitas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, objeto desta reflexão. Este movimento, no entanto, caracteriza-se por ser heterogêneo, não unificado e mobilizado “de baixo para cima”, a partir da instituição de uma base participativa, prática e autônoma de reestruturação urbana (“faça você mesmo”).

Segundo Neil Brenner (2016 [2014]), o movimento dos coletivos urbanos constrói-se à luz de uma retórica anti planejamento, como alternativa aos paradigmas neoliberais de intervenção urbana. Do mesmo modo, é fundamentado na democracia participativa, visa promover a coesão social e surge a partir da mobilização contínua, maleável e aberta de pessoas que estão “fora do controle de qualquer ideologia específica de especialistas ou qualquer instituição específica, classe social ou coligação política” (BRENNER, 2016, p.9) para enfrentar uma questão

que as afeta diretamente. Eles propuseram novos modelos de participação cívica e constituíram-se como um acontecimento urbano capaz de desencadear reflexões acerca das práticas tradicionais de planejamento e intervenção urbana.

Além de responder ao contexto político e econômico, essas ações parecem se debruçar sobre a problemática do esvaziamento do espaço público (na dimensão material e imaterial) buscando formas de reverter esse processo. Estas ações coletivas propõem-se, ainda, a resgatar o espaço público como espaço de aventura, de diversidade, democracia e conflito, assim como propõem intensificar o sentido social do espaço público e propiciar o desenvolvimento e aprendizado das difíceis habilidades da civilidade (BAUMAN, 2001), por meio do incentivo aos encontros, às trocas e à sociabilidade entre estranhos.

Assim, esse movimento é fortemente influenciado pela popularização das discussões em torno do espaço público e da problemática dos elos entre indivíduo e sociedade, e o despertar de novos desejos e imaginários relacionados ao mesmo, desencadeados a partir da década de 2000, em maior ou menor intensidade, pelos avanços econômicos e sociais desta década.

Afinal, o crescimento do país, as perspectivas de um futuro melhor e o otimismo que afetaram a população neste período permitiram que esta se articulasse de maneira a reivindicar não apenas a satisfação de necessidades, mas principalmente o direito inalienável de criar uma

⁶ A pesquisa restringiu-se a essas três cidades (RJ, SP e SSA) e estabeleceu como critério atores que, no intuito de se aproximar do horizonte da obra, realizam ações coletivas de micro e pequena escala no espaço público. Os atores foram localizados por meio de uma pesquisa de reportagens publicadas em mídias digitais e através das redes nas quais se inserem no Facebook. Cada ator é brevemente apresentado no Apêndice A.

cidade em conformidade com seus mais verdadeiros desejos. Nesse sentido, aflora uma busca por melhor qualidade de vida através, inclusive, da vivência urbana. Essa busca passa a disputar, ainda que timidamente, as pautas mais tradicionais de lutas, como habitação, saúde, saneamento básico, educação e a luta contra a fome. Isso reflete as conquistas, mesmo que limitadas, dos programas sociais de um governo federal menos neoliberal.

Do mesmo modo, o tempo histórico e as particularidades do contexto brasileiro na década de 2010, marcado pela irrupção de uma crise política, econômica, social e urbana foram fundamentais para que o movimento ganhasse força e se consolidasse como um fenômeno. Afinal, os descaminhos relacionados ao Estatuto da Cidade, a incredibilidade dos processos participativos, os ataques cada vez mais duros aos direitos adquiridos, a discrepância entre as promessas, o imaginário evocado e a realidade do espaço público e da cidade, de maneira geral, aliados ao início de uma crise econômica e a escândalos cada vez maiores de corrupção vão intensificar a percepção que a organização política tradicional não é capaz de atender as demandas da sociedade e aumenta-se a insatisfação da população com a administração pública. Evidencia-se, portanto, “uma crise de governança mais ampla nas cidades contemporâneas, em que tanto os Estados como os mercados falharam sistematicamente na entrega de bens públicos básicos (como habitação, transporte e espaço público) às populações urbanas

em rápida expansão” (BRENNER, 2016 [2014], p.9).

No entanto, na medida em que o primeiro grande recurso adotado pela sociedade para manifestar-se contrária aos descaminhos do país, as Jornadas de Junho de 2013, sofre forte repressão política e policial, intensifica-se a incredibilidade na organização política tradicional para atender as demandas da sociedade, motivando-a a buscar formas alternativas de luta política. As manifestações de maior escala e visibilidade dão lugar a ações coletivas no espaço público com escalas e perfis diferenciados, alinhadas com os princípios da micropolítica. É o caso, por exemplo, das ações dos coletivos urbanos aqui estudados, grupos de pessoas que engajaram-se em:

[...] superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes dos empreiteiros apoiados pelas finanças, pelo capital empresarial e por um aparato estatal que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos (HARVEY, 2014a, p.49).

Em uma amostragem restrita, de 24 grupos distribuídos entre as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador⁶, é possível perceber o aumento significativo no número desses atores entre os anos de 2013 e 2014, conforme ilustra a Figura 1 e a Tabela 1. Esse cenário mantém-se quando nos restringimos apenas àqueles grupos que atuam na

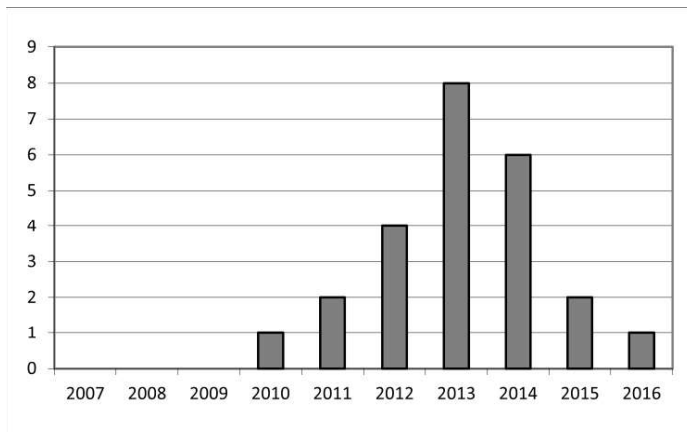


Figura 1: Gráfico ilustrando a quantidade de atores que surgiu em cada ano, na última década, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Fonte: Elaborada pela autora.

Ano de Início	Qtd	Lista de Coletivos
2010	1	Shoot the shit (RS)
2011	2	Coletivo Bravos (RJ), Norte Comum (RJ)
2012	4	Canteiros Coletivos (BA), Muda_coletivo (SP), SerHurbano (RJ), Acupuntura urbana (SP)
2013	8	Quermesse (RJ), Bela Rua (SP), Preguiça re[exist] (BA), Satrápia (RJ), Projetação (RJ), Sarau do escritório (RJ), Coletivo Ocupe e Abrace (SP), Praça do Futuro (RJ)
2014	6	Horta da General Glicério (RJ), A batata precisa de você (SP), Cidade Ativa (SP), Cidade humana (SP), Trama (RJ), Cidade para Pessoas (SP)
2015	2	Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças (RJ), Urb-I - Urban Ideas (SP)
2016	1	Viaduto Laranjeiras (RJ)

Tabela 1: Detalhamento da Figura 1. Fonte: Elaborada pela autora.

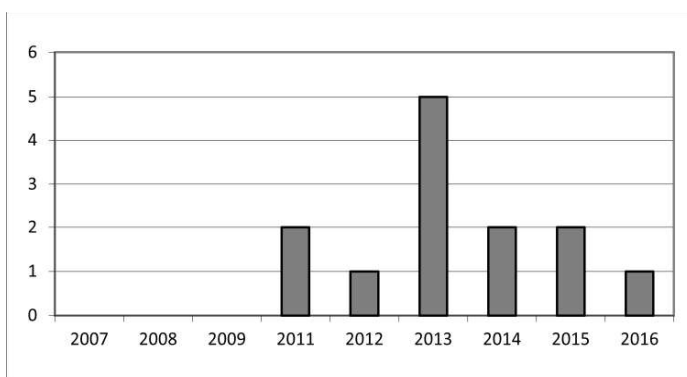


Figura 2: Gráfico ilustrando a quantidade de atores que surgiu em cada ano, na última década, na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Elaborada pela autora.

Ano de Início	Qtd	Lista de Coletivos
2011	2	Coletivo Bravos (RJ), Norte Comum (RJ)
2012	1	SerHurbano (RJ)
2013	5	Quermesse (RJ), Satrápia (RJ), Projetação (RJ), Sarau do escritório (RJ), Praça do Futuro (RJ)
2014	2	Horta da General Glicério (RJ), Trama (RJ)
2015	2	Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças (RJ), Praça do Futuro (RJ)
2016	1	Viaduto Laranjeiras (RJ)

Tabela 2: Detalhamento da Figura 2. Fonte: Elaborada pela autora.

cidade do Rio de Janeiro, como ilustram a Figura 2 e a Tabela 2.

A popularidade e expressividade que esse movimento ganha com o aumento significativo no número de atores e na diversidade de suas ações vai gradativamente chamando a atenção do meio acadêmico, dos veículos de comunicação e do mercado, intensificando ainda mais a visibilidade e a publicidade em torno dos mesmos. Nesse sentido, multiplicaram-se as publicações, premiações e editais de financiamento relacionados aos coletivos. Essa projeção em muito facilitou sua popularização e a maior visibilidade, permitindo, em alguns casos, a sua projeção nacional e internacional, e criação de redes com o objetivo de conectar diferentes atores. A divulgação das intervenções urbanas e seus respectivos atores incentivou, também, o surgimento de novos atores (caso do coletivo Viaduto Laranjeiras, um dos atores estudados) e formas de ocupação do espaço público, contribuindo para sua ressignificação e para que pessoas que haviam se retirado do mesmo em decorrência da cultura do medo, voltassem a frequentá-lo.

Contudo, esse momento, caracterizado por muitos processos de capturas e desafios internos, desencadeou a hibridização de muitos atores pré-existentes como, por exemplo, o coletivo Horta da General Glicério e o CCBFV. Algumas das suas formas de atuação tiveram que ser revistas e reinventadas sob a égide de modelos mais flexíveis e híbridos, principalmente no que se refere à forma de financiamento, à ruptura com mo-

delos mais horizontais de gestão e à concretização da autonomia dos grupos. A incorporação de mecanismos mais alinhados com a lógica neoliberal, no entanto, ocorre de maneira comedida e adaptada, de modo a impactar o mínimo possível nos princípios fundantes dos atores. E reflete uma forma que encontraram para solucionar problemas criados pela própria lógica neoliberal, tal como o engajamento da sociedade nessas causas.

Dentre os principais pontos que influenciaram esse processo de hibridização estão a dificuldade em manter algum nível de mobilização política para além do evento, em se obter um número maior de pessoas disponíveis e engajadas com a realização das intervenções e reuniões, assim como a escassez de recursos financeiros e materiais e o assédio do mercado. Isso porque grande parte desses grupos optou por estabelecer como base de sua atividade um trabalho voluntário que, em sua maioria, ocorre em paralelo às atividades e obrigações pessoais de seus membros e depende da disponibilidade do tempo livre dos mesmos tornando o núcleo suscetível às demandas pessoais. Esse não engajamento reflete o tempo histórico onde a vida privada é priorizada e as relações sociais estão cada vez mais frágeis, o que dificulta que os indivíduos assumam responsabilidades e estabeleçam vínculos mais duradouros e estáveis entre si.

Outro ponto que vai contribuir para as transformações e adaptações é o condicionamento dos indivíduos à cultura da representação totalizante da figura caricata do eleitor que delega ao outro, um

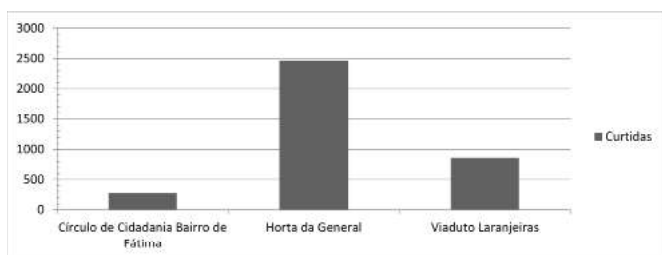


Figura 3: Gráfico contendo o número de curtidas das páginas dos atores no Facebook. Fonte: Elaborada pela autora.

representante abissalmente longe, uma responsabilidade coletiva. Afinal, um dos grandes desafios da gestão popular de um território é justamente desconstruir esse comportamento de delegar ao outro uma responsabilidade coletiva e comum e/ou propor ideias na intenção de terceirizá-las. No âmago do processo está o árduo esforço de adotar uma fala engajada na ação e reproduzir na micropolítica a passagem de uma posição de queixa para um fazer político, assim como a necessidade de praticar a vigilância coletiva inerente a todo processo de desconstrução de paradigmas muito enraizados. Desse modo, apesar de muitas pessoas simpatizarem e apoiarem as causas e ações propostas pelos atores pesquisados, poucas de fato participam e contribuem.

Esse quadro pode ser ilustrado quando comparamos o número de pessoas que curtem a página do Facebook desses atores, conforme a Figura 3, e aquelas que de fato participam das mesmas. Afinal, o primeiro supera, em muito, o número de pessoas que de fato contribuem e/ou participam dessas atividades. Embora os atores mantenham-se abertos à participação voluntária, sem estabelecer restrições a quantidade de pessoas que acaba de fato compondo, o núcleo gira

em torno de 4 a 10 pessoas. Mesmo se considerarmos os grupos com os quais estabelecem algum tipo de parceria, o número de pessoas chega apenas a um valor duas ou no máximo três vezes maior que o seu núcleo.

Essa resistência da maioria da sociedade civil em assumir responsabilidade em muito vai desconstruir, gradativamente, um dos pilares que sustentou grande parte dos grupos: a horizontalidade, transformando a conduta de muitos dos atores estudados no sentido de se assumirem como poucos e se tornarem mais autônomos e deliberativos. Isso porque a horizontalidade se manifestava como um “desejo por inclusão ilimitada que conduz ao adiamento de toda tomada de decisão, já que nenhum espaço é jamais tido como suficientemente legítimo para deliberar” (NUNES, 2016), visto que se considera que sempre há mais pessoas que deveriam estar incluídas.

Nesse sentido, a maioria dos atores optou por adotar um modelo de liderança distribuída, no qual assumem o núcleo formado, distribuem as responsabilidades e o poder deliberativo entre si, embora se mantenham abertos. Trata-se de admitir, portanto, que a liderança é um fenômeno imprescindível, mas que

precisa ser controlado ativamente “pela imposição de limites que podem ser procedimentais ou extra procedimentais” (NUNES, 2016), assim como compreender que o oposto da liderança concentrada, à qual a maioria dos grupos se opõe, não significa a ausência de liderança, mas uma condição na qual a função da liderança esteja menos limitada a estruturas formais e mais apta a circular livremente (NUNES, 2016).

Esse cenário vai implicar ainda no ajuste das metas e ações desses atores à quantidade de pessoas disponível a executá-las. O coletivo Horta da General Glicério, por exemplo, têm optado por flexibilizar e reduzir suas metas, adequando-as ao desejo e ao número de pessoas disponíveis, assim como adotar uma postura mais paciente e compreensiva em relação às suas limitações. O Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças não conseguiu manter a regularidade de suas intervenções apesar do repertório variado de atividades. A redução significativa no número de assíduos e presença sempre das mesmas pessoas transformou-os em grupo e os distanciou da proposta de gestão participativa do território. Permiteu, contudo, que possam funcionar por pautas diversas, não mais diretamente relacionadas ao território. Essa mudança veio acompanhada da transformação dos encontros em momentos de fazer mais do que momentos de debater ações, a fim de tomar partido do engajamento espontâneo, fruto de uma curiosidade que gera aproximação e participação. O coletivo

Viaduto laranjeiras foi se especializando em realizar eventos artísticos no espaço público e têm restringindo-se cada vez mais a processos de concepção menos participativos.

A partir de 2016, as mudanças no contexto do país, desencadeadas pela intensificação da crise econômica, política e social em curso, a adoção de uma pauta conservadora na parte social e neoliberal na parte econômica, a redução de uma série de direitos arduamente conquistados num processo onde a participação popular e a opinião pública foram marginalizadas e os protestos e manifestações políticas criminalizadas, vão culminar na desarticulação e na redução da atividade de muitos coletivos urbanos. Afinal, muitos deles, ao menos inicialmente, tiveram um viés ativista, de articulação territorial e de exercício de formas alternativas de práticas políticas.

Ao mesmo tempo em que esse contexto histórico vai desencadear uma falta de perspectivas de curto prazo e, consequentemente, um abatimento, retração e enclausuramento generalizado na sociedade; o senso de urgência difundido por várias crises sobrepostas faz com que a importância das frentes de ação dos coletivos seja atenuada por preocupações mais urgentes, como a retomada à dimensão nacional, estadual e municipal de lutas com alvos mais bem definidos, como a questão da moradia.

É válido ressaltar também o cansaço coletivo proveniente da exaustiva mobilização para manter sua atuação intensa e regular. A onda de demissões, a busca

por novas fontes de renda, o aumento no custo de vida das pessoas, a necessidade de uma maior dedicação ao trabalho acarretaram uma diminuição significativa do tempo disponível, inclusive daqueles mais engajados na articulação dos grupos. Do mesmo modo, muitos dos coletivos urbanos passaram, em 2016, por uma decepção entre o que foi desejado e vislumbrado e o conquistado, e houve uma dificuldade em aceitar os percalços no caminho. E isso é facilmente perceptível no recorte de grupos sociais da pesquisa, tendo em vista sua rasa tradição de lutas políticas e resistência.

Percebe-se, ainda, que o aumento da violência urbana diante de uma crise econômica, política e social acentuadas, repercutiu, principalmente em 2017, no retorno dos discursos que enfatizam o espectro aterrorizante das ruas inseguras, promovendo a volta do medo do espaço público e, ao que parece, uma nova onda de esvaziamento deste pelos grupos sociais de classe média. Sendo assim, o espaço público parece emergir novamente como um espaço voltado, mais enfaticamente, à sobrevivência de grupos tradicionalmente marginalizados e sob forte vigilância policial, comprometendo seu sentido político, social e civil.

O acompanhamento da trajetória de alguns desses coletivos permite, portanto, identificar momentos importantes onde percebe-se, inicialmente, uma multiplicação dessas iniciativas e uma grande atividade destas com intervenções urbanas frequentes; o despertar do interesse de atores mais alinhados com o

sentido econômico do espaço público e o desencadear de processos de captura e hibridização; e o início da desarticulação de muitos coletivos urbanos. Percebe-se também que, com o passar do tempo, as singularidades de cada grupo vão se acentuando, visto que cada um deles vai enfrentar questões específicas que vão condicionar comportamentos diversos e respostas particulares as quais embora individualmente sejam parecidas entre si, em conjunto compõem e mantêm a singularidade de cada ator. Sendo assim, o movimento por eles gerado se consolida cada vez mais como uma grande miscelânea de iniciativas.

A atuação dos coletivos urbanos

Embora inconstante e transitória, a trajetória do movimento dos coletivos urbanos que surgem a partir da década de 2010, principalmente a partir de 2013, apresenta práticas e pontos relevantes a serem analisados. Os coletivos estudados (Horta da General Glicério, Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhança e Viaduto Laranjeiras) permitiram, apesar das diferenças e peculiaridade de cada um, identificar que o movimento transita entre uma resistência ativa ao espaço público espetacularizado e aos tradicionais modelos de participação cívica, contrapondo-se às práticas hegemônicas e ao Estado Neoliberal, e uma reafirmação dos mesmos. É o que indica a análise de suas ações e discursos.

Os coletivos estudados destacam-se por consolidarem ações coletivas

realizadas por um conjunto de pessoas da sociedade civil, de maneira voluntária e espontânea, que surgem, majoritariamente, territorializados, isto é, vinculados a um lugar específico, embora muitas das ações propostas possam ser reproduzidas em outras áreas da cidade. Esses grupos atuam de maneira continuada tanto promovendo uma apropriação constante do local ou dos locais nos quais atuam (por meio de encontros ou eventos semanais, por exemplo), como na criação de intervenções temporárias voltadas para afetar aqueles que circulam pelo espaço público. Destacam-se pela capacidade de inventar espaços capazes de fortalecer o sentido político, social e civil do espaço público e determinar os limites entre a vida pública e a vida privada.

As modestas intervenções temporárias propostas por esses atores são voltadas, por exemplo, para sensibilizar as pessoas para o outro e a cidade ou denunciar a inércia da realidade social e urbana na qual estão inseridos. Outras, no entanto, buscam modificar a espacialidade do espaço público de maneira a dotá-lo de condições mais favoráveis à apropriação e à sociabilidade, seja através da atribuição de novos usos ou da incorporação de equipamentos urbanos. O coletivo Horta da General Glicério, a partir da construção de uma horta comunitária e da realização de pequenos eventos a ela relacionados (mutirão, piqueniques, colheitas, entre outros), assim como o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhança e o coletivo Viaduto

Laranjeiras, a partir das intervenções propostas em suas reuniões semanais (sarau, feira de doação, biblioteca).

Por meio das intervenções propostas pelos coletivos urbanos estudados é possível compreender, também, que eles apropriam-se do espaço público de modo que este se alinhe aos seus mais verdadeiros desejos, mais do que supra suas necessidades e transcenda sua condição de centro de decisões, local de convergência das comunicações e informações, ou local de acesso a recursos urbanos, e assumam, também, a condição de centro da vida social e política, reino do uso, “espaço-tempo da fruição, do uso e do gozo emancipatório” (OURIQUES, 2001, p.12).

Enquanto movimento autônomo, improvisado e de poucos recursos, os atores criam formas criativas de viver a cidade, apesar do sistema e contribuem para fortalecer o espaço público como uma incubadora de ideias, ideais e movimentos de ruptura. Suas ações vão transformar o cotidiano urbano, seja provocando pequenas e/ou temporárias rupturas, ou criando uma ordem alternativa “menos alienada, mais significativa e divertida, porém, [...] conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (HARVEY, 2014a, p.11).

De modo geral, esses atores colocam a arte a serviço do urbano. Isso não significa enfeitar o espaço urbano, mas ir além da arte enquanto representação, ornamento, decoração. É compreender que no espaço apropriado da festa, a arte

pode preparar as estruturas de encantamento essenciais às rupturas e a trocas, que fundamentam o sentido social, civil e político do espaço público. Por meio dos mais diversos dispositivos, eles conferem ao espaço público o movimento, a aventura, a surpresa e os encontros capazes de afetar e mobilizar os sujeitos, conectá-los e fazer com que interajam entre si.

Os atores atribuem à cidade uma esfera lúdica e espontânea, construída a partir da criação de situações onde é possível jogar, ou seja, “sair deliberadamente das regras e inventar as próprias regras, libertar a atividade criativa das construções socioculturais, projetar ações estéticas e revolucionárias que ajam contra o controle social” (CARERI, 2013, p.97). Nesse sentido, o coletivo Viaduto Laranjeiras destacam-se dentre os atores ao recorrer a eventos musicais e saraus para atribuir ao tempo livre um caráter menos utilitarista e mais lúdico.

As intervenções permitem, também, trocas entre o espaço e o sujeito e é capaz de estabelecer vínculos entre eles e de transformar uma experiência em memória ao evidenciar novas e alternativas formas de apropriação do espaço e criar vínculos. De modo geral, na medida em que as intervenções temporárias realizadas pelos atores contribuem para enriquecer a experiência urbana e prover o espaço público da aventura proveniente de trocas improváveis e de acontecimentos não previstos, elas criam atrativos e contribuem para estimular a vivência desses espaços.

A riqueza das trocas entre os sujeitos depende, no entanto, do grau de

publicidade do espaço público e da sua heterogeneidade de grupos sociais. O perfil de atuação dos grupos, o tipo e a temática de suas intervenções, assim como o perfil do espaço no qual atuam vão interferir diretamente nessa questão. A localização no tecido urbano, sua proximidade a transportes públicos, sua visibilidade, seu porte contribuem para uma maior ou menor publicidade do espaço o que compensa algumas tendências relacionadas ao perfil do núcleo e de sua rede de parceiros e/ou amigos.

Embora a temática do coletivo Horta da General Glicério tenda a atrair mais um público interessado numa alimentação saudável e/ou em interagir com a natureza, ela é capaz de, ao criar um forte laço com a vizinhança, reunir uma diversidade de perfis (relacionados a gênero, faixa etária, opinião política, entre outros), ao mesmo tempo em que permite que o local, pouco conhecido por quem não é da vizinhança, adquira uma maior visibilidade através da rede de hortas urbanas das quais participa.

No caso do CCBFV, o fato de suas intervenções serem bastante ecléticas, e possuírem uma grande diversidade de atividades, assim como sua divulgação ser realizada não apenas por meio digital, mas também por meio de folhetos e cartazes, faz com que seu público seja diverso dentre aqueles que habitam no local, compõem a vizinhança ou a rede de amigos destes.

O coletivo Viaduto Laranjeiras, mesmo que não intencionalmente, apresenta uma grande homogeneidade,

tanto no núcleo, quanto nos parceiros e público. Um exemplo disso é a relação do núcleo com aqueles que habitam o viaduto. Embora haja um diálogo aberto e fraterno entre eles e os sem-teto, esses, apesar de apoiarem o coletivo, não têm se interessado em participar das reuniões ou das intervenções, momento em que se colocam, inclusive, à margem do espaço que ocupam cotidianamente. Da mesma forma, o coletivo cada vez mais se limita à sua rede de contatos e, na medida em que, se compromete em fazer algo que esteja na sua zona de conforto e interesse, acaba atraindo um público que, em grande maioria, compartilha do mesmo perfil.

De maneira geral, suas ações são fundamentadas em demandas que emergem da população local e têm como objetivo resolver questões relacionadas, primordialmente, ao território do qual se apropriam. No entanto, é possível perceber que diferentes atores, gradativa e lentamente, estabeleceram entre si parcerias realizando ações conjuntas, divulgando suas ações e/ou trocando materiais, contatos, conhecimentos e experiências. Essas parcerias permitiram conectar um número cada vez maior e mais diverso de atores, formando uma rede ampla e diversa que tende a transitar por temáticas específicas (produção cultural, horta, projeção, arte mural, música, entre outros).

É possível distinguir algumas formas de interação dos atores com a sociedade no processo de concepção e realização de suas ações. Dentre estas destacam-se o processo colaborativo, quando as pessoas são convidadas a fazer parte da

concepção e/ou execução da intervenção e o processo consultivo, quando as pessoas são consultadas sobre as ações das intervenções temporárias, por meio de enquetes (nome, data e atrações) e/ou comentários (caixinhas de sugestão, Facebook e email). Esse processo é menos recorrente, mas é utilizado principalmente pelo CCBFV através de enquetes realizadas na internet ou na própria praça onde se reúnem (nome das ações, filmes a serem exibidos, entre outros).

O processo colaborativo é o mais utilizado dentre estes atores. Ele se manifesta sob duas perspectivas: a indireta e a direta. Na primeira delas, a perspectiva indireta do processo colaborativo, a participação é fundamental para o sucesso da intervenção, visto que estas são essencialmente interativas, no entanto, não são estabelecidos vínculos mais duradouros e o envolvimento dos sujeitos ocorre de maneira efêmera, restringindo-se ao momento presente. É o caso das intervenções de caráter interativo, que dependem do outro para se materializarem, como é o caso dos painéis a serem preenchidos, jogos e eventos no formato de palco aberto (saraus, apresentações artísticas, entre outros) que são realizados por quem tiver interesse em participar, esteja vinculado ou não aos atores. A estes cabe conceber e oferecer a infraestrutura básica para a realização da intervenção, assim como atrair e mobilizar os sujeitos a colaborarem com o processo de caráter empírico.

Na perspectiva direta do processo colaborativo os diferentes sujeitos participam de todo o processo da concepção e

realização das intervenções, visto que este se realiza por meio de reuniões abertas, nas quais os atores se colocam receptivos aos que tenham interesse em somar às suas iniciativas disponibilizando tempo, materiais e conhecimento. Nesse caso, a permeabilidade dos atores é fundamental para consolidar o processo como mais ou menos interativo.

De modo geral, os diferentes atores tendem a adotar como metodologia de ação a gestão participativa do território. Isto é, estabelecer “um conjunto de princípios e processos que defendem e permitem o envolvimento regular e significativo dos colaboradores [...] na definição de metas e objetivos, na resolução de problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso à informação e no controle da execução” (BLOG EAD, [2008]).

Nesse sentido, suas diversas ações são realizadas coletivamente, as tarefas e atribuições são divididas e/ou anunciadas de maneira a permitir que qualquer pessoa interessada possa contribuir. Cada um faz o que pode, como pode, quando pode e as ações vão se adaptando ao corpo de parceiros e recursos que conseguem mobilizar. Da mesma forma, a ação dos grupos é construída coletivamente, nos encontros presenciais, a partir da exposição de desejos individuais, que quando acolhidos pelo grupo, materializam-se em decisão e ação. As intervenções e o perfil do ator assumem um caráter flexível que reflete os desejos daqueles dispostos a contribuir.

Esses atores tentam, portanto, romper com os vícios decorrentes da comodi-

dade de um sistema político fundado na representatividade, defendendo a responsabilidade distribuída, a autogestão, e fortalecendo a ideia de que cabe à sociedade civil construir a cidade que deseja. No entanto, para isso não negam o poder do Estado, ao contrário, exigem-lhe suas responsabilidades no processo, estabelecendo parcerias, desvelando e desnaturalizando negligências e incoerências do Estado, que se pressupõe mediador e defensor do mundo comum.

Embora tenham um número de apoiadores maior do que os que criam algum tipo de resistência, as práticas e perfis dos diferentes coletivos urbanos aqui estudados foram capazes de envolver a maioria deles em algum tipo de conflito, principalmente com a vizinhança. Estes tendem a evidenciar uma disputa por territórios e sentidos do espaço público. O coletivo Horta da General Glicério sofreu com a desconfiança de alguns moradores que temiam que suas atividades perturbassem a ordem local e com as represálias de um pequeno grupo de moradores que residem nos prédios vizinhos ao terreno da horta. Com relação ao CCBFV a metodologia por eles adotada para a gestão do território foi alvo de críticas pelos que se opunham ao mesmo. Da mesma forma, a diversidade de lideranças na região, principalmente, associação de moradores, indivíduos que se autodenominam donos do bairro e milicianos, fez com que o CCBFV rendeu-lhe ameaças.

No entanto, os momentos de confronto, divergência e conflito têm permitido

a realização de trocas entre os diversos sujeitos do território, assim como o exercício da civilidade e o aprendizado dos limites entre a vida pública e a vida privada, acelerando o processo de transformação do sujeito social em sujeito político. Nessa perspectiva, os conflitos têm enriquecido a experiência dos atores e contribuído para o seu amadurecimento enquanto grupo. Contudo, isso só é possível porque os diversos atores compreendem o conflito como algo inevitável e importante e optam pelo diálogo, pela escuta e pelo acordo, assim como se empenham em produzir um mundo comum que abriga, apoia e expressa a comunidade em que participam.

De modo geral, cada um dos atores, à sua maneira, mais consciente ou não, busca e cria formas de uso do tempo e do espaço que escapam às regras do sistema e consegue, mesmo que brevemente, autoconstruir espaços de liberdade onde é possível experimentar comportamentos e realidades alternativas. Ao mesmo tempo em que evocam certo fetiche com relação ao espaço público, sua dimensão imaterial e material, abrem novas possibilidades, imaginários, assim como novos horizontes e caminhos de apropriação.

No entanto, conforme afirma Brenner (2016, p.10), “não se pode simplesmente presumir que, por causa de suas lógicas operacionais ou orientações político-normativas, essas intervenções táticas vão de fato contra-atacar o urbanismo neoliberal”, visto que muitas vezes essas intervenções apenas aliviam temporariamente ou deslocam alguns dos efeitos sociais e

espaciais da lógica neoliberal sem necessariamente romper com os regimes de desenvolvimento urbano a ela associados ou “desafiar a confiança fundacional das instituições governamentais que sustentam o projeto neoliberal” (BRENNER, 2016, p.10). De fato, esse formato de intervenção urbana não parece ter ameaçado o controle sobre o marco regulatório que governa o desenvolvimento urbano.

As iniciativas são apresentadas muitas vezes como “a eureka”, “a grande solução” para os problemas urbanos e contribuem para fortalecer o discurso que transfere para o indivíduo a responsabilidade de questões que são comuns e das quais os mesmos têm uma parcela de contribuição mínima quando comparadas com aquela atribuída à atuação do Estado e do mercado. Assim, a grande mídia, ao simplificar esse movimento das intervenções urbanas que ganha força a partir de 2014, contribui para legitimar o Estado neoliberal.

Se compararmos o tratamento dado pelo Estado aos conflitos com esses atores e aqueles pertencentes a grupos sociais marginalizados e de classe baixa, por exemplo, é possível perceber uma significativa disparidade. Percebe-se que o Estado estabelece, com relação aos atores estudados, uma ação muito mais tolerante, pacífica e colaborativa, o que, aparentemente, indica que o perfil das ações e o recorte social desses atores tende a influenciar na sua postura. Da mesma forma, é possível destacar um interesse deste em conferir certa autonomia a estes grupos sociais fortalecendo, assim,

o discurso que alinha essas iniciativas à neoliberalização do Estado, sua suposta “retração” em relação à suas atribuições e responsabilidades perante a construção, proteção e consolidação de um mundo comum (ARENDRT, 2016).

Apesar dos atores estudados estarem engajados em consolidar, a partir do lugar, uma identidade comum que lhes confira um grande potencial de organizar o território e ofereçam bases para ações políticas, eles se demonstram frágeis no que se refere à organização do espaço, visto que não podem suportar sozinhos a carga de uma mudança histórica radical (HARVEY, 2014b). Do mesmo modo, a forte resistência às formas mais tradicionais de organização civil como, por exemplo, as associações de moradores, dificulta a efetivação de mudanças estruturais mais significativas, visto que os vícios do sistema político atual e suas burocracias exigem as formalidades das quais fogem. E, nesse sentido, a necessidade de se submeter aos recursos tradicionais de política, assim como de retomar manifestações e articulações maiores e transescolares, tornam-se difíceis de conciliar com as demais frentes de atuação dos indivíduos envolvidos nesses grupos, comprometendo, inclusive, sua atuação.

Entendidos com base em uma lógica de esperança, eles têm em suas ações a possibilidade de inspirar as transformações necessárias para a construção de uma sociedade e uma cidade mais justa e integrada socialmente e, conseqüentemente, um espaço público alinhado com o sentido social, civil e político.

O sentido social se manifesta a partir do momento em que as intervenções transcendem a coexistência entre diferentes, permitem a interação destes e o exercício da empatia necessária à consolidação do sujeito social. Percebe-se, ainda, que as intervenções propostas recuperam e fortalecem o espaço público como espaço de aventura, tanto para os atores quanto para os transeuntes. Na medida em que ressignificam o espaço, os atores criam rupturas no cotidiano urbano, surpreendendo e, conseqüentemente, afetando as pessoas que a conceberam.

O sentido civil do espaço público manifesta-se nos exercícios de civilidade a que são expostos os sujeitos nas trocas (dar, receber, retribuir) desencadeadas pelo espaço-tempo compartilhado nas intervenções urbanas, assim como através das divergências internas e dos conflitos entre os grupos, a sociedade civil e/ou o Estado. Estes são fundamentais para desencadear os processos de desconstrução e reconstrução necessários para a transição do sujeito social em sujeito político, assim como para a construção do comum, apesar das diferenças, a partir do diálogo e da afirmação de acordos. O confronto de perspectivas diferentes do e para o território vai ainda possibilitar a compreensão mais fiel da realidade, tal qual defende Arendt (2016), e habilitar os sujeitos a julgar aquilo que é melhor para todos os que habitam e/ou usufruem do território, contribuindo para construção do sentido político do espaço público.

O sentido político, no entanto, é apenas constituído por alguns grupos e mes-

mo assim ocorre de maneira limitada, na medida em que a dificuldade de transpor escalas dificulta a articulação do mundo comum postulado por Arendt (2016), que abrange uma escala maior, capaz de nos conectar mesmo com um espectro maior de diferenças e que transcende, inclusive, os limites da cidade. Apesar da possibilidade de perceber uma articulação entre grupos similares em prol de causas que lhes são comuns, a luta por causas que transcendem a questão local por si só e articulam grupos com realidades mais distintas entre si, é restrita. Mesmo as lutas que são em prol do direito de se efetivar a ideia da cidade enquanto obra (Lefebvre, 2001) é concebida a partir da microescala.

No que se refere, por exemplo, aos dois pontos fundamentais dos sentidos social, civil e político: o acesso irrestrito e generalizado e, conseqüentemente, sua heterogeneidade; todos os atores, num grau maior ou menor, têm dificuldades em cumpri-los. Embora se esforcem para construir um espaço comum poroso, dinâmico capaz de adaptar-se a novos membros e a desejos diversificados, eles sucumbem frente a inevitável existência de uma identidade, de um capital simbólico, de estereótipos e de preconceitos a dificultar a interação entre diferentes e estranhos. Afinal, as intervenções urbanas que propõem estão impregnadas de uma série de signos e sentidos que tendem a se associar a determinados estereótipos de grupos sociais, elas limitam a diversidade e a heterogeneidade dos sujeitos que atraem. Ficam vulneráveis,

portanto, às barreiras subjetivas que estão relacionadas às opções estéticas, à linguagem, às diferentes formas de abordagem e à divulgação adotadas.

Embora suas intervenções sejam pequenas e de alcance limitado, elas demonstram que a realidade é passível de transformação e permitem resgatar a ideia de utopia como algo que, embora inatingível, faz com que a humanidade evolua. Eles criam de maneira não necessariamente consciente um “algo diferente” que as pessoas vão fazendo, sentindo, percebendo e articulando, na medida em que procuram significados para sua vida cotidiana.

Os coletivos urbanos e o desafio à lógica produtivista

Os coletivos urbanos estudados permitiram ilustrar a complexidade da discussão em torno deste movimento e a necessidade de romper a inércia de análises dicotômicas e maniqueístas. Da mesma forma, evidenciaram os perigos e limitações de uma análise alinhada à lógica produtivista. A adoção desta induz à conclusão de que os atores e suas intervenções conquistam nada ou muito pouco de concreto, principalmente do ponto de vista estrutural.

Afinal, ao supervalorizar-se os produtos e não o processo, exige-se que os coletivos não apenas tracem objetivos claros, mas os conquistem com êxito, como também desempenhem suas ações com excelência e perfeição. Deste modo, ignoram-se características estruturantes

desse movimento, tais como sua dinamicidade na medida em que a todo momento adaptam-se a novos contextos e hibridizam-se numa réplica às tentativas de captura, e o descompasso entre o contexto histórico no qual estamos inseridos e o perfil de suas atuações.

Os atores, mesmo que por um curto espaço de tempo, desafiam a aceleração da modernidade, sua racionalidade, sua cientificidade e seu pensamento analítico que se pretende global e homogêneo. Exigem ritmos de vida e empregos do tempo incompatíveis com a lógica hegemônica. Embora estejam inseridos na modernidade líquida, num momento histórico onde nada foi feito para durar, propõem, paradoxalmente, mudanças cujo horizonte permeia o longo prazo, visto que suas ações de resistência à lógica hegemônica exigem um comprometimento e um esforço cotidiano de desconstrução, reconstrução e autorregulação com relação a condicionantes comportamentais muito arraigados na contemporaneidade e alinhados à lógica hegemônica.

No entanto, a ausência de metas rígidas, a transitoriedade, a desarticulação e rearticulação cíclica dos atores não necessariamente indicam fragilidades do movimento por eles desencadeado. Por meio de uma lógica não produtivista, essas características podem ser vistas positivamente. Nessa perspectiva, a imprevisibilidade de seus rumos, fruto de ações guiadas pelo que as pessoas envolvidas fazem, sentem, percebem e articulam à medida que procuram significados para

sua vida, tende a torná-los menos suscetíveis às capturas e conferir-lhes a habilidade de adaptarem-se e reinventarem-se mais facilmente a novos contextos sem, necessariamente, perderem sua essência.

A visão produtivista tende a invisibilizar, também, a percepção e admissão de uma série de potencialidades dos coletivos urbanos como: a popularização da discussão em torno da cidade, a construção de outros imaginários urbanos, as transformações subjetivas relacionadas à quebra de paradigmas e à mudança de comportamentos que contribuem para a consolidação de uma vida pública e de um sujeito social, civil e político. São desconsideradas ainda a articulação social e política que eles são capazes de gerar bem como a experiência em lidar e superar adversidades e capturas.

Vale ressaltar, também, que sob o ponto de vista estrutural, esse movimento dos coletivos urbanos conseguiu, em curto prazo, criar novos modelos de participação cívica e apropriação do espaço público e, conseqüentemente, evidenciar o agravamento de uma crise do urbanismo e do planejamento urbano. Esta destaca-se pela descridibilização dos processos participativos e das grandes intervenções urbanas, sua eficiência e legitimidade. Do mesmo modo, evidenciou, a partir da micro e pequena escala, uma nova onda de fetichização e de disputas pelo espaço público.

Na medida em que as disputas de sentido protagonizadas pelas intervenções urbanas propostas pelos coletivos urbanos aqui estudados se multiplicam

na década de 2010 e colocam em questão o mecanismo de reprodução simbólica da sociedade, elas despertam o interesse do mercado de imagens e desejos. A necessidade de controle social e dominação protagonizada pelo culturalismo de mercado tende a fazer com que iniciativas que movem valores antimercado deixem de ser o outro, o adversário, para integrar o mundo dos negócios, sob novos formatos, esvaziados de significados e práticas, espetacularizados, produzidos.

Sendo assim, o medo do espaço público é atenuado e conceitos de bem-estar, qualidade de vida e status social voltam a estar associados à vivência e à ocupação deste espaço, incentivando que os grupos sociais que haviam se privado de frequentá-los voltassem a desfrutar de antigos hábitos. Para tal, buscam ainda enaltecer o direito desses grupos em se apropriar desse espaço.

A influência e o controle da ideologia dominante sobre a subjetividade, o comportamento e as ações do sujeito contemporâneo desencadearam certo fetiche em torno do espaço público e possibilitaram a proliferação de atores e intervenções urbanas que, mesmo não intencionalmente, vão estabelecer uma lógica oposta àquela apresentada anteriormente. Estes atores tendem a fazer parte da engrenagem de um sistema econômico perverso, possibilitando a produção da monetarização das relações

sociais e da mercantilização do espaço público transformando-o em um espaço de consumo e espaço a ser consumido, impulsionando sua gentrificação e a segregação socioespacial.

A tentativa de captura desses atores pelo sistema político e econômico vigente parece tentar camuflar os dissensos e conflitos intrínsecos ao espaço urbano, como também transformá-los em um movimento acrítico, reduzindo e simplificando suas ações e enfatizando as potencialidades que lhe convém, como a naturalização da transferência para a sociedade civil de responsabilidades tradicionalmente atribuídas ao Estado contribuindo para legitimar o Estado neoliberal. Nesse sentido, são apresentados pela grande mídia muitas vezes como “a eureka”, “a grande solução” para os problemas urbanos.

Se o movimento iniciado pelos coletivos urbanos que buscavam evocar o sentido social civil e político do espaço público pretendia disputar com as práticas hegemônicas o direito de produzir o espaço e apropriá-lo; as novas iniciativas alinhadas ao seu sentido econômico tendem a disputar com estas intervenções de micro e pequena escala o direito de possuir o espaço público. Nesse caso, a disputa por territórios é evidente através das frentes de gentrificação por eles mobilizadas e que tendem a enfatizar a privatização, mesmo que temporária, do espaço público.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. 403p. [1958]
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 278p. [2000]
- BLOG EAD. **O Conceito de gestão participativa**, [2008]. Disponível em: <<http://www.ead.pt/blog/?p=247>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- BRENNER, Neil. Seria o urbanismo tático uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **Revista E-Metropolis**, Rio de Janeiro, n.27, ano.7, p.6-18, 2016
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.
- CÍRCULO RIO. Um panorama dos círculos: 6 meses. **Círculo de Cidadania**, 26 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/circulocidadania/posts/1472981962999699>>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014a. 294p. [2012].
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 25 ed. São Paulo: Loyola, 2014b. 348p. [1989]
- HORTA DA GENERAL GLICÉRIO. In: **Página do Facebook Horta da General Glicério**, 9 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/hortadageneral/posts/1484596101756996>>. Acesso em: 4 jul. 2017
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001. 144p. [1967].
- MAYERHOFFER, Mariana. In: **Grupo do Facebook Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças**, 7 set. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1073918382657143&set=gm.1782733685336427&type=3>>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- NUNES, Rodrigo. Liderança Distribuída. **Revista PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 9, p.10-19, 2016. Disponível em: <<http://piseagrama.org/lideranca-distribuida/>>. Acesso em: 15 out. 2017
- OURIQUES, H. R. O urbano como libertação - uma leitura sobre Lefebvre. In: **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 8, p. 123-130, 2001.
- VIADUTO LARANJEIRAS. In: **Página do Facebook Viaduto Laranjeiras**, 4 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1174326179266584/>>. Acesso em: 05 jul. 2017.